



PROCESSO	190.681-0/2024
INTERESSADA	ELIZABETH MARIA DE MATOS SANTOS
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
ASSUNTO	PENSÃO POR MORTE
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de concessão de pensão por morte, por período vitalício, a partir de 16/12/2022**, em que figura como interessada a senhora **ELIZABETH MARIA DE MATOS SANTOS**, CPF nº 138.611.231-34, em razão do falecimento de seu cônjuge, senhor **NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS**, CPF nº 208.635.781-87, aposentado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, nesta Capital, no cargo de Professor da Educação Básica, Referência “B-06”, falecido em 16/12/2022, com fundamento no artigo 140-C da Constituição Estadual, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 92/2020, c/c os artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 721/2022, artigo 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o artigo 16, inciso I, artigo 74, inciso I, artigo 77, §2º, §2º-B, da Lei nº 8.213/1991, c/c o artigo 1º, inciso VI, e artigo 2º da Portaria ME nº 424/2020, c/c o artigo 252, da Lei Complementar nº 04/1990, com a redação que lhes foram atribuídas pela Lei Complementar nº 524/2014, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 1/2023-137, do MTPREV.

2. Em análise, a 5ª Secex sugeriu¹ o retorno dos autos ao Mato Grosso Previdência, a fim de que houvesse esclarecimento acerca da inconsistência constante entre o Parecer Jurídico de fls. 30/39, citando que a requerente declara receber benefício de aposentadoria de outro órgão, razão pela qual, o cálculo do benefício de pensão constante à fl. 24 do Doc. Digital nº 523326/2024, foi elaborado com o fator de redução previsto no art. 24, § 1º e § 2º da emenda constitucional nº 103/2019. No entanto, consta à fl. 41 do Doc. Digital nº 523326/2024, declaração assinada pela requerente de que não acumula tal benefício.

3. Ato contínuo, notifiquei² o senhor Elliton Oliveira de Souza, encaminhando-lhe cópia da manifestação técnica, e por ocasião do Ofício nº 1410/2024/GAB/PRESIDÊNCIA³, promoveu-se a juntada da devida defesa.

¹ Documento Digital nº 529705/2024 e 529707/2024

² Documento Digital nº 530282/2024

³ Documento Digital nº 538421/2024





4. Em análise⁴, a 5ª Secex sugeriu o registro do Ato Administrativo nº 23/2023/MTPREV, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nº 28.429, em 01/02/2023.

5. O *parquet* de Contas, por intermédio do Parecer nº 785/2025⁵, subscrito pelo Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, manifestou pelo registro do Ato Administrativo nº 23/2023/MTPREV, bem como pela legalidade da planilha de benefício.

6. **É o relatório.**

Cuiabá, 08 de maio de 2025.

(assinatura Digital)⁶

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

Relator

⁴ Documento digital nº 575846/2025 e 575849/2025

⁵ Documento Digital nº 582217/2025

⁶ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

